

Uma exposição da teoria infinitista de Peter Klein

Lucas Roisenberg Rodrigues¹

Resumo: Este artigo trata do conhecido problema das razões, e da solução infinitista, desenvolvida principalmente por Peter Klein. Na primeira parte do artigo, desenvolve-se o problema do regresso propriamente dito, e as três principais soluções. Na segunda parte, apresenta-se a crítica ao fundacionismo realizada por Peter Klein. Na terceira parte, é exposta a teoria infinitista. Na quarta e última parte, é respondida a objeção mais comum, e mais facilmente tratável, ao infinitismo.

Palavras-chave: problema do regresso, infinitismo, fundacionismo, objeção das mentes finitas

Abstract: This article is about the so-called regress problem, and it's alleged infinitist solution, developed by Peter Klein. In the first part, it's stated the problema of regress itself. In the second, it's presented Klein's critic to foundationalism. In the third section, it's introduced klein's theory. In the fourth and last one, it's answered the most commom and most easily accountable objection to infinitism.

Keywords: regress problem, infinitism, foundationalism, finite minds objection

O problema do regresso das razões, também denominado de “regresso epistêmico”, é um dos mais difíceis e importantes de toda a filosofia. A tese conhecida como "infinitismo", desenvolvida por Peter Klein em diferentes artigos a partir do final da década de 1990², visa lançar uma nova luz sobre um velho problema e demonstrar que uma das alternativas que até então se descartara por considerar obviamente falsa - a possibilidade de uma sequência infinita de razões justificadoras - é a única solução plausível.

Para explicar exatamente do que se tratam o problema do regresso e a tese de Klein, é indispensável introduzir a noção de sequência ou cadeia de razões. Imaginemos que um sujeito S qualquer tenha uma crença, por exemplo, a crença de que P. Vamos supor ainda que esta crença é justificada com uma base em uma razão R_1 . Para que S tenha razão para crer em P é necessário que R_1 seja também justificada, pois não seria adequado justificar uma razão por meio de uma razão ela mesma injustificada. Assim, em nosso exemplo, se R_1 é justificada, então existe uma razão para R_1 , digamos a razão R_2 . Ora, é preciso que R_2 também seja justificada. Assim, se R_2 é justificada, então existe uma razão R_3 para R_2 , a qual também deve ser justificada... e assim por diante.

Como mostra o exemplo, para qualquer crença racional que se possa considerar, forma-se uma sequência de razões, tal que cada elemento da sequência é uma razão para o elemento imediatamente anterior. O problema do regresso diz respeito à como deve ser pensada esta sequência de razões, para contornar ameaça cética e possibilitar a justificação.

¹ Lucas Roisenberg Rodrigues possui graduação em filosofia pela Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul(UFRGS), mestrado em filosofia em Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul(PUCRS) e é doutorando em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul(PUCRS). E-mail para contato: lucasroisenberg@gmail.com

² Cf., principalmente, KLEIN (1999), (2005) e (2007).

Respostas ao problema do regresso

Vimos acima a noção de sequência ou cadeia de razões. O problema do regresso origina-se da constatação de que sequências de razões admitem três configurações:

- (I) a sequência termina em uma razão não justificada por nenhuma outra;
- (II) a sequência tem a forma de um círculo, de tal sorte que uma ou mais das razões é repetida
- (III) a sequência é infinita, isto é, não existe um último elo ou elemento da cadeia .

A teoria que foi elaborada para dar conta da primeira possibilidade é conhecida como "fundacionismo". O fundacionismo afirma que a sequência de razões de crença justificada termina em uma razão que não é justificada por nenhuma outra, mas que nem por isso a crença final da cadeia é injustificada, irracional ou simplesmente arbitrária. Os fundacionistas afirmam que existem dois tipos de crenças: fundacionais, também denominadas de “crenças básicas”, e as crenças inferenciais. As crenças fundacionais são as crenças finais da sequência; as inferenciais são todas as demais. As crenças fundacionais são o sustento ou base da cadeia, são como a fundação de um edifício. A metáfora arquitetônica, que fez tanto sucesso na história da filosofia, visa ilustrar as ideias de ordem e dependência: é sobre a fundação que assenta o edifício, e não o inverso; sobre uma fundação frágil, não se poderá construir algo que dure ou de valor. A dificuldade suscitada pelo problema do regresso não diz respeito, pelo menos não essencialmente, à relação de apoio entre a fundação e as demais crenças, mas à como pode haver uma base ou fundação em primeiro lugar.

A crítica de Klein ao fundacionismo

Conforme vimos, o fundacionista afirma que algumas crenças possuem justificação não-originada de quaisquer outras razões, mais especificamente, eles alegam que certas crenças dispensam, em virtude de algum atributo ou propriedade, a existência de uma razão. A objeção que Klein faz ao fundacionista é a crítica tradicional : crer sem razão é simplesmente crer de forma “dogmática”, e não existe uma parada natural ou óbvia do regresso, que não envolva uma certa dose de arbitrariedade. No entanto, Klein apresenta um argumento particularmente interessante, o qual convém aqui reproduzir.

Para apresentar a sua crítica, ele imagina um fundacionista, que denomina de “Fred”, sendo interrogado por um cético, que ele denomina de “Doris”. O diálogo procede da seguinte forma:

Fred assere uma proposição, digamos P. Doris diz alguma coisa que induz Fred a acreditar que ele deve ter alguma razão para crer em P, a fim de conferir credibilidade à proposição. Então, Fred oferece a sua razão, digamos a razão R1, para crer que P (R1 poderia ser uma conjunção). Agora, isto continua por um tempo até que que Fred (um fundacionista praticante), chega a uma proposição que considera básica, digamos b. Doris irá, é claro, perguntar pela sua razão para crer em b. Porém, como um fundacionista, Fred dirá para Doris que b não precisa de uma razão para possuir a sua intitulação (warrant). Ele dirá que a questão “porquê você

acredita que x?”, embora apropriada até este momento, não é mais apropriada quando “b” é substituída por x, porque b é uma crença básica³.

O problema é que, segundo Klein, o fundacionista deve explicar ou justificar a afirmação de que crenças básicas são justificadas. “Por que parar nas crenças básicas? O que há de especial nelas?”, poderia indagar algum cético. Obviamente, os fundacionistas possuem alguma respostas. Eles alegam que crenças básicas são justificadas e, ao mesmo tempo, dispensam a posse de razões, pois possuem um algum atributo, digamos o atributo F, o qual envolve normalmente a idéia de “conducência à verdade”.

Em algumas teorias, por exemplo, esta propriedade está relacionada com a formação da crença, isto é, com o processo causal que a originou. Outras teorias afirmam que a propriedade está relacionada com o conteúdo da crença. Pouco importa, para os efeitos da argumentação, quais são estes atributos. O relevante é notar que as crenças básicas devem ser conducentes à verdade. A justificação para crer que um determinado atributo, ou mesmo uma razão, é conducente à verdade é denominada por Klein de “meta-justificação”. Assim, uma crença possui contundência à verdade em virtude de possuir uma certa propriedade ou atributo. Vamos denomina-lo simplesmente de “F”.

Acontece que, segundo Klein, nada seria propriamente resolvido por meio de tal expediente, isto é, por meio da argumentação de que crenças básicas são conducentes à verdade. Conforme ele mesmo diz:

O meu ponto é que meramente passar para o meta-nível, isto é, argumentar que tais crenças são provavelmente verdadeiras porque possuem uma certa propriedade P, não irá evitar o problema enfrentado pelo fundacionismo. Ou a meta-justificação fornece razão para pensar que a proposição básica é verdadeira (e portanto o regresso não terminou) ou não fornece (portanto, aceitar a proposição é arbitrária). Os pirrônicos estavam corretos⁴.

O que diálogo imaginário apresentado por Klein visa ilustrar é o fato de que o fundacionista não pode alegar que uma crença é básica sem estar disposto a enfrentar um dilema: ou bem ele suspende o regresso de forma arbitrária, ou bem ele justifica a interrupção do regresso, normalmente empregando a ideia de conducência à verdade, o que significa que o regresso não foi interrompido, no final das contas.⁵

³ KLEIN, 2005. p. 132-133.

⁴ KLEIN, 1999, p. 304.

⁵ Existem aqui duas pressuposições importantes. Não desejo analisa-las em maior detalhe, mas julgo importante fazer uma breve menção. Klein pressupõe que a meta-justificação do fundacionista para crer que b, quando b é a crença básica de uma sequência de razões que inicia em P, é mais *um elemento na sequência de razões para crer que P*. Em segundo lugar, Klein pressupõe, pelo menos de maneira tácita, que “b é uma crença básica e crenças básicas dispensam justificação” é pelo menos parte da justificação do fundacionista para crer em b, quando, por exemplo, interrogado por um cético. Estas duas pressuposições, embora não tão explicitamente assim, foram atacadas por BERGMAN(2007).

Os princípios da anti-arbitrariedade e da anti-circularidade

Existe uma lição a ser tirada do argumento anti-fundacionista. Pois se ele estiver correto, então nenhuma crença é básica e justificada, ou seja, para toda crença justificada existe uma razão. Portanto, o seguinte princípio é uma consequência das considerações anteriores:

Princípio anti-arbitrariedade (PAC): Se um sujeito S possui justificção para crer que P, então existe uma razão R_1 para P, disponível para S ; e existe alguma R_2 para R_1 , disponível a S... e assim por diante.

O princípio anti-arbitrariedade não elimina uma ou descarta uma segunda alternativa. É preciso também considerar a segunda configuração da cadeia, ou seja, devemos considerar a possibilidade que a sequência de razões contenha elementos repetidos. Como é bastante claro, aceitar isto equivaleria a afirmar que o raciocínio circular pode conferir justificção à uma crença.

Klein considera que a proibição de circularidade é uma norma *óbvia* que o bom raciocínio deve satisfazer, e por isto, pelo menos nos artigos em que expõe a teoria infinitista, ele não pretende oferecer qualquer razão ou justificativa para aceitar esta proibição. De qualquer forma, a proibição da circularidade poderia ser exposta sob a forma de um princípio abstrato, qual seja, o seguinte :

Princípio anti-circularidade: Se S crê justificadamente em P, então a cadeia de razões disponíveis para S crer em P não pode conter elementos repetidos.

Assim, parece que nenhuma das duas configurações da sequência de razões parece aceitável. Como deveríamos, então, pensar a cadeia de justificações, para que seja possível a justificção, e também o conhecimento, quando este é sustentado ou produzido por razões?

A tese infinitista

Se as únicas respostas ao problema do regresso envolvessem arbitrariedade ou circularidade, seríamos facilmente tentados a deduzir das afirmações de Klein que o problema simplesmente não tem solução ou - o que ainda é mais dramático - que a "solução" do problema é o ceticismo. Evidentemente, a intenção de Klein não é defender o ceticismo, mas mostrar que existe uma alternativa negligenciada pela tradição filosófica: o infinitismo. A tese infinitista afirma que a cadeia das razões justificadoras, necessárias para conferir justificção e conhecimento à uma crença, é infinita e não-repetível. Mais especificamente, o infinitismo afirma que se um sujeito S possui crença justificada em P, então existe uma sequência infinita e não-repetida de razões disponíveis para crer que P. Esta tese é uma consequência dos princípios anti-circularidade e anti-arbitrariedade, e isto é apresentado como a principal virtude da teoria, além de alegadamente responder ao satisfatoriamente problema do regresso, quando todas as alternativas fracassaram.

Klein não faz derivação da tese infinitista a partir dos princípios, mas o raciocínio é relativamente simples. Se a sequência de razões não pode ser circular, conforme diz o princípio anti-circularidade, então não pode haver nenhuma razão repetida na sequência justificadora. Ora, uma sequência de razões não-repetidas pode ser finita ou infinita. Se a sequência for finita, então ela viola o princípio anti-arbitrariedade. Assim, a sequência de razões justificadoras deve ser infinita e não-repetida.

Explicando a tese infinitista: alguns esclarecimento importantes

Para entender bem o infinitismo, devemos ter em mente alguns conceitos essenciais, sem os quais a tese de Klein seria muito provavelmente mal-interpretada.

Justificação proposicional e doxástica

Imaginemos um sujeito S qualquer com conhecimentos e habilidades matemáticas básicas, e que saiba comparar números, tendo algumas crenças justificadas a esse respeito (vamos supor que ele realmente possui uma razão para cada uma das crenças matemáticas em questão). Por exemplo, ele crê que 2 é maior que 1, 3 é maior que 1, e assim por diante. Todavia, S não possui crenças a respeito de todas as comparações numéricas possíveis; por exemplo, ele nunca formou qualquer crença ou opinião a respeito da proposição “365.074.987.789 é maior que 1”. Ainda que não tenha a crença de que “365.074.987.789 é maior que 1”, ela seria apropriada e justificada, em função de tudo o que ele sabe e acredita. Tudo o que S precisaria fazer para formar essa crença racionalmente seria considerar a proposição por alguns breves instantes, e imediatamente encontrar a razão à sua disposição, apenas esperando a ocasião propícia para ser acionada. Mais ainda, se o sujeito S fosse perguntado ou induzido, por qualquer motivo que seja, a refletir sobre a proposição “365.074.987.789 é maior que 1”, ele formaria a crença de maneira automática. O sujeito S possui uma disposição - uma propensão - para formar a crença justificada de que P.

O que o caso do sujeito S ilustra é que podemos nos referir à justificação ou razão de duas maneiras distintas: podemos dizer que um sujeito crê com razão ou justificação, ou podemos dizer que existe uma razão ou justificação para um sujeito crer. Conforme diz Klein, “quando afirmamos que um dada crença, digamos a crença de que P, é justificada, nós podemos querer dizer que (1) a proposição P é justificada ou (2) o estado mental, que tem P como conteúdo, é justificado”⁶

Seguindo a literatura sobre o assunto, vamos dizer no primeiro caso um sujeito possui justificação proposicional, e no segundo caso um sujeito possui justificação doxástica. Empregando

⁶ KLEIN, 2007, p.6

estes dois conceitos de justificação proposicional e doxástica, devemos qualificar a tese infinitista, conforme faz o próprio de Klein.

Razões disponíveis

A tese infinitista de Klein possui duas dimensões ou aspectos, conforme tratemos da justificação proporcional, ou da justificação doxástica. O autor afirma que para S ter crença justificada de que P é necessário que exista uma sequência infinita e não-repetível de razões disponíveis para P, tal que cada elemento da sequência é uma razão disponível para o elemento imediatamente anterior da sequência. Klein não pretende que o infinitismo esteja comprometido com uma tese específica do que é uma razão, ou seja, e ele pretende que o infinitismo seja, no que diz respeito à uma análise do conceito de razão, uma teoria “neutra”. Assim, ele oferece alguns exemplos de análises compatíveis com a teoria infinitista (nos exemplos abaixo, p é uma razão para q):

1. se p é provável, então q é provável e se não é provável, então q não é provável ou
2. em um prazo suficientemente longo, p seria aceita como uma razão para q pela comunidade epistêmica apropriada ou
3. p seria fornecida como uma razão para q por um indivíduo epistemicamente virtuoso
4. acreditar que q com em p está de acordo com alguns dos compromissos epistêmicos mais básicos
5. se p fosse verdadeiro, então q seria verdadeiro, e se p não fosse verdadeiro, então q não seria verdadeiro⁷

Apesar do pluralismo da teoria infinitista, ele parece sugerir, entretanto, que existe um requisito mínimo, que deve ser satisfeito por qualquer teoria adequada: a justificação é, em linhas gerais, conducente à verdade.

Klein também não entra em maiores detalhes acerca do conceito de disponibilidade. Mas de maneira geral, uma proposição P é disponível a um sujeito S, se ele possui a disposição de formar, sob as circunstâncias propícias a crença correspondente. Uma proposição R é uma razão disponível para um sujeito S crer em P, quando: (i) sujeito S possui o propensão a crer em R; (ii) R é uma razão para crer em P; (iii) o sujeito S possui a disposição para oferecer R, seja em diálogo, seja em solilóquio, como razão/justificação para P.

Existe uma consequência importante desta definição de razão disponível. Como a propensão a formar um estado mental sob certas circunstâncias, não implica a atualidade (no sentido de existência atual) deste estado mental, a existência de infinitas razões disponíveis para um sujeito S não implica a crença em cada uma destas proposições, ou mesmo o emprego de cada uma destas razões para cada uma destas crenças. Como veremos mais tarde, tal fato permite à Klein contornar uma importante objeção à teoria infinitista.

⁷ KLEIN, 2007, p.12.

A explicação do conceito de justificação doxástica

Vimos acima a definição de Klein para a justificação proposicional. Todavia, sua abordagem seria radicalmente incompleta se ele não tivesse alguma explicação da conceito de justificação doxástica, do que é que faz que uma crença seja justificada. Para Klein, não é o mero fato de um sujeito ter uma crença em uma proposição justificada que torna *ipso facto* a sua crença justificada . Uma crença é doxasticamente justificada quando o sujeito cognitivo, de alguma “forneceu”, seja em diálogo ou em solilóquio, razões para crer.

De acordo com esta perspectiva, uma crença justificada é o resultado de uma atividade, qual seja, de fornecer razões ou justificativas. Conforme fornecemos razões ou justificativas - vamos expandindo a cadeia de crenças justificadas - aumentamos a credibilidade racional da crença inicialmente posta em dúvida. Em determinado momento do processo, a justificação ultrapassa um certo limiar, que é variável e não precisar ser fixo, e podemos então dizer que a crença é propriamente justificada, o suficiente para ser um caso de conhecimento.

Recapitulando, temos então a da análise da justificação, tal como proposta por Klein. Um sujeito S tem justificação para crer que P (a justificação necessária para obter conhecimento), se e somente se:

1. existe uma sequência infinita e não-repetida de razões disponíveis para S crer que P;
2. S forneceu justificações suficientes para satisfazer as demandas contextuais,
3. S ofereceu justificações o suficiente para ultrapassar o limiar necessário para obter conhecimento.

A objeção das mentes finitas

Por fim, gostaria de fazer uma breve observação sobre a mais objeção mais comum e natural à tese de que a justificação exige uma sequência infinita de razões justificadoras. De acordo com essa objeção, como a mente humana é finita, e só pode ter um número limitado de crenças, então é impossível satisfazer as demandas infinitistas, quais sejam, de que haja uma sequência infinita de razões para que uma crença seja justificada.

Todavia, como deve ter ficado claro pela exposição anterior, a posse de justificação por uma crença não implica, na teoria de Klein, a existência atual de uma sequência infinita de crenças. É apenas as sequência de razões disponíveis que deve ser infinita, se um sujeito crê justificadamente. Assim, Klein não demanda que um sujeito tenha faça uma inferência composta de infinitas etapas, nem que o sujeito tenha infinitas crenças, embora ele tampouco pareça se possibilidade de que um ser infinito tenha infinitas crenças. Consequentemente, a objeção das mentes finitas erra no alvo, ao atribuir à tese infinitista uma afirmação que, evidentemente, não faz parte da teoria.

Referências

- BERGMANN, M. What's NOT wrong with foundationalism. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 68, n. 1, p. 161–165, 2004.
- KLEIN, P. D. *Human knowledge and the infinite regress of reasons*. **Noûs**, v. 33, p. 297–325, 1999.
- Klein, P., 'Infinetism is the Solution to the Regress Problem', in: M. Steup and E. Sosa, eds, *Contemporary Debates in Epistemology*, Malden, MA: Blackwell, pp. 131–13, 2005
- KLEIN, P. *Human knowledge and the infinite progress of reasoning*. **Philosophical Studies**, v. 134, n. 1, p. 1–17, 2007. Springer.